

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Por quase dois séculos, apesar da controvérsia provocada pela Revolução Francesa, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão encarnou a promessa de direitos humanos universais. Em 1948, quando as Nações Unidas adotaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos, seu artigo 1.º dizia: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Em 1789, o artigo 1.º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão já havia proclamado: “Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos”.

As origens dos documentos não nos dizem necessariamente nada de significativo sobre as suas consequências. Importa realmente que o esboço tosco de Jefferson tenha passado por 86 alterações feitas por ele mesmo, pelo Comitê dos Cinco ou pelo Congresso? A Declaração da Independência dos Estados Unidos da América (EUA) não tinha natureza constitucional. Declarava simplesmente intenções, e passaram-se quinze anos antes que os estados finalmente ratificassem uma Bill of Rights, muito diferente, em 1791. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão afirmava salvaguardar as liberdades individuais, mas não impediu o surgimento de um governo francês que reprimiu os direitos, e futuras constituições francesas — houve muitas delas — formularam declarações diferentes ou passaram sem nenhuma declaração.

Ainda mais perturbador é que aqueles que, com tanta confiança, declaravam, no final do século XVIII, que os direitos eram universais vieram a demonstrar que tinham algo muito menos inclusivo em mente. As pessoas não ficaram surpresas por eles considerarem que as crianças, os insanos, os prisioneiros ou os estrangeiros eram incapazes ou indignos de plena participação no processo político, pois pensavam da mesma maneira. Mas eles também excluía aqueles sem propriedade, os escravos, os negros livres, em alguns casos as minorias religiosas e, sempre e por toda parte, as mulheres. Em anos recentes, essas limitações a “todos os homens” provocaram muitos comentários, e alguns estudiosos até questionaram se as declarações tinham um verdadeiro significado de emancipação.

Os fundadores, os que estruturaram e os que redigiram as declarações, têm sido julgados elitistas, racistas e misóginos

por sua incapacidade de considerar todos verdadeiramente iguais em direitos.

Como é que esses homens, vivendo em sociedades construídas sobre a escravidão, a subordinação e a subserviência aparentemente natural, chegaram a imaginar homens nada parecidos com eles, e, em alguns casos, também mulheres, como iguais? Se pudéssemos compreender como isso veio a acontecer, compreenderíamos melhor o que os direitos humanos significam para nós hoje em dia.

Lynn Hunt. *A invenção dos direitos humanos*: uma história. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 15-16 (com adaptações).

A respeito de aspectos linguísticos do texto precedente bem como das ideias nele veiculadas, julgue os próximos itens.

- 1 Mantendo-se a correção gramatical e a coerência das ideias do texto, o primeiro período do terceiro parágrafo poderia ser reescrito da seguinte maneira: **Aqueles que, com tanta confiança, declaravam, no final do século XVIII, que os direitos eram universais vieram a demonstrar que tinham algo muito menos inclusivo em mente, o que é ainda mais assustador.**
- 2 No texto, a autora põe em xeque o conceito de direitos humanos e demonstra duvidar da sua real aplicabilidade desde seu surgimento no século XVIII, mesmo que tenham sido assegurados na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.
- 3 Dada a polissemia do vocábulo **homem**, seria possível interpretar que os direitos previstos no artigo 1.º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão abrangeriam um grupo restrito de pessoas.
- 4 É coerente com as ideias do texto concluir que é necessária uma análise crítica acerca do contexto do surgimento das declarações de direitos do século XVIII, quando o conceito de “universal” recebeu interpretação conveniente a um grupo social específico, para uma melhor compreensão sobre a atual concepção de direitos humanos.
- 5 O questionamento feito pela autora no segundo parágrafo constitui um recurso de linguagem utilizado para verificar o entendimento do leitor quanto à argumentação por ela desenvolvida no texto.

A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha-de-flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dois pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas. Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas. Mas não cuidemos de máscaras.

O ferro ao pescoço era aplicado aos escravos fujões. Imaginai uma coleira grossa, com a haste grossa também à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave. Pesava, naturalmente, mas era menos castigo que sinal. Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pego.

Há meio século, os escravos fugiam com frequência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão.

Quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lho levasse. Punha anúncios nas folhas públicas, com os sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por onde andava e a quantia de gratificação. Quando não vinha a quantia, vinha promessa: “gratificar-se-á generosamente”, ou “receberá uma boa gratificação”. Muita vez o anúncio trazia em cima ou ao lado uma vinheta, figura de preto, descalço, correndo, vara ao ombro, e na ponta uma trouxa. Protestava-se com todo o rigor da lei contra quem o açoitasse.

Ora, pegar escravos fugidios era um ofício do tempo. Não seria nobre, mas, por ser instrumento da força com que se mantém a lei e a propriedade, trazia esta outra nobreza implícita das ações reivindicadoras. Ninguém se metia em tal ofício por desfástio ou estudo; a pobreza, a necessidade de uma achega, a inaptidão para outros trabalhos, o acaso, e alguma vez o gosto de servir, também, ainda que por outra via, davam o impulso ao homem que se sentia bastante rijo para pôr ordem à desordem.

Machado de Assis. **Pai contra Mãe**. In: Machado de Assis. **Relíquias da casa velha**, 1906 (com adaptações).

Machado de Assis inicia o conto **Pai contra Mãe** — escrito em 1906 e publicado na coletânea **Relíquias da casa velha** —, mencionando “ofícios e aparelhos” da escravidão no Brasil. O conto aborda a história de Cândido Neves, personagem que trabalhava na captura de escravos fugidios. Considerando o fragmento desse conto apresentado anteriormente, julgue os itens a seguir.

- 6 Em “a sobriedade e a honestidade certas” (sexto período do primeiro parágrafo), a substituição de “certas” por **corretas** manteria a coerência das ideias do texto, visto que tais palavras têm o mesmo significado.
- 7 O autor justifica a citação do ferro ao pescoço, do ferro ao pé e da máscara por se associarem a determinado ofício.
- 8 No primeiro período do quarto parágrafo, a forma pronominal “lho” retoma os termos “Quem” e “escravo”.
- 9 A menção aos anúncios sobre escravos fugidios em folhas de jornais públicos tem como objetivo apontar a eficácia do sistema de captura de escravos fugidios no sistema escravagista do Brasil.
- 10 No segundo período do último parágrafo, a forma verbal “mantêm” está flexionada no plural porque estabelece concordância com os termos “lei” e “propriedade”.

No que se refere à redação oficial, julgue os itens a seguir.

- 11 Em ofício dirigido pelo ministro presidente do STJ ao ministro presidente do STF, deve-se empregar, no endereçamento, A Sua Excelência o Senhor, e, como vocativo, Senhor Ministro, por tratar-se de autoridades de mesma hierarquia.
- 12 A linguagem empregada nos documentos oficiais deve caracterizar-se pela precisão, atributo que inclui a articulação da linguagem comum ou técnica para a perfeita compreensão da ideia veiculada no texto.

A respeito dos princípios fundamentais constitucionalmente estabelecidos e dos partidos políticos, julgue os itens que se seguem.

- 13 Conforme disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), os partidos políticos submetem-se ao dever de prestar contas à justiça eleitoral e aos tribunais de contas.
- 14 Devido ao princípio da dignidade da pessoa humana, nem toda pessoa que seja presa deverá ser algemada no ato da prisão, ainda que esta se dê em flagrante delito.

Julgue os itens a seguir, referentes à organização político-administrativa dos estados-membros e a disposições gerais da CF acerca da administração pública.

- 15 Embora não se submetam ao mesmo regime jurídico dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, os empregados públicos ingressam no serviço público, em entidades da administração pública indireta, necessariamente mediante concurso.
- 16 Os estados-membros podem instituir aglomerações urbanas e microrregiões mediante lei complementar, mas não regiões metropolitanas, já que a criação destas últimas depende de decisão de cada município.

No que diz respeito ao Poder Judiciário e às funções essenciais à justiça, julgue o item seguinte.

- 17 Caso tanto um juiz do trabalho de um tribunal regional do trabalho quanto um juiz de direito de um tribunal de justiça estadual se considerem competentes para julgar determinada ação relativa a direitos de trabalhadores, competirá originariamente ao STJ julgar o conflito de competência estabelecido entre os juízes.

Com base na Lei n.º 12.618/2012, que dispõe sobre o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, julgue os itens a seguir.

- 18 No caso de cessão de servidor público participante da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (FUNPRESP-JUD) com ônus para o cessionário, este deverá recolher à respectiva entidade fechada de previdência complementar a contribuição aos planos de benefícios, nos mesmos níveis e condições devidas pelo patrocinador.
- 19 A remuneração e as vantagens de qualquer natureza dos membros das diretorias executivas das entidades fechadas de previdência complementar não podem exceder o subsídio mensal, em espécie, dos ministros do STF.
- 20 A decisão do servidor de optar pela migração para o regime de previdência complementar é irrevogável e irretratável.
- 21 É vedada a criação de fundação de previdência complementar que contemple os servidores públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

A respeito de administração pública direta e indireta, julgue o item a seguir.

22 Consórcio público pode ser constituído sob a forma de pessoa jurídica de direito privado ou de direito público.

Acerca do exercício da função pública pelos agentes públicos e de princípios e procedimentos relativos à licitação pública, julgue os itens seguintes.

23 Para o desempenho de funções de natureza permanente, correspondentes às atribuições de chefia, direção e assessoramento, não se exige que o agente público que as exercerá tenha sido admitido no serviço público mediante concurso público.

24 Com base no princípio da isonomia e da economicidade, a administração pública pode, nas compras, dar preferência para bens manufaturados que atendam a normas técnicas brasileiras, ainda que a capacidade de produção desses bens seja inferior à quantidade que se pretenda adquirir, desde que esteja previsto no edital que a compra da quantidade complementar de bens será feita por outro fornecedor.

À luz da Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD) e da Resolução do STJ n.º 5/2023, julgue o próximo item.

25 Para o cumprimento da LGPD, que define encarregado como a pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a autoridade nacional de proteção de dados, o diretor-geral da Secretaria do STJ é o encarregado pelo tratamento de dados pessoais nesse tribunal superior.

Acerca do processo administrativo federal, Lei n.º 9.784/1999, julgue o item subsequente.

26 Quando a lei exigir motivação para o ato administrativo, esta deverá ser explícita, clara e congruente, não podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de pareceres, informações, decisões ou propostas anteriores.

Considerando o Decreto n.º 678/1992, que promulga a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), julgue os itens a seguir.

27 A Corte Interamericana de Direitos Humanos não exerce função de controle preventivo de convencionalidade.

28 A fim de garantir o direito à integridade pessoal e o direito à vida, o referido decreto prevê a readaptação social dos condenados como uma das finalidades essenciais da pena privativa de liberdade e veda aos Estados que aboliram a pena de morte o seu restabelecimento.

No que se refere aos direitos das pessoas com deficiência, à luz da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto n.º 6.949/2009), do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015) e da Resolução n.º 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça, julgue os itens que se seguem.

29 A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência prevê que os Estados-partes têm a obrigação de prover adaptação razoável para que as pessoas com deficiência privadas de sua liberdade façam jus, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a garantias de acordo com o direito internacional dos direitos humanos e recebam tratamento em conformidade com os objetivos e princípios estabelecidos na citada convenção.

30 A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi internalizada no Brasil com *status* normativo equivalente ao de emenda constitucional.

31 Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, as instituições privadas de ensino têm o dever de implementar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino, sendo-lhes permitida a cobrança de valores adicionais para o cumprimento desse dever.

Considerando o Código de Conduta do STJ, julgue os itens a seguir.

32 A participação de servidores do STJ, em nome desse órgão, em concurso ou processo seletivo destinado à premiação de qualquer natureza não está condicionada à autorização prévia desse tribunal superior.

33 Compete à Ouvidoria submeter às autoridades competentes do STJ sugestões de aprimoramento do Código de Conduta do STJ.

34 A redução da subjetividade nas interpretações de normas jurídicas é prevista como parte de um dos objetivos do Código de Conduta do STJ.

35 Para realizar cópias de processos ou documentos pertencentes ao STJ, o servidor depende de prévia autorização da autoridade competente, ainda que as cópias sejam necessárias ao exercício das atribuições ordinárias do próprio servidor.

De acordo com o Regimento Interno do STJ, julgue os itens subsecutivos.

36 Os secretários das seções e das turmas do STJ são designados pelo presidente de cada um desses órgãos julgadores.

37 O Conselho da Justiça Federal (CJF) funciona junto ao STJ e tem a atribuição de realizar a supervisão administrativa e orçamentária da justiça federal de primeiro e segundo graus.

38 O julgamento de todos os processos no STJ, à exceção apenas de *habeas corpus* e dos recursos em sede de *habeas corpus*, depende da sua inclusão prévia em pauta de julgamento.

39 A aprovação dos critérios para progressões e ascensões funcionais dos servidores da Secretaria do STJ é atribuição do Conselho de Administração.

Com base na Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue os itens que se seguem.

- 40 A conduta de servidor de negar publicidade a atos oficiais configura ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- 41 O ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública só é passível de sanção se tiver gerado lesividade relevante ao bem jurídico tutelado.
- 42 As sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa aplicam-se aos atos de improbidade cometidos contra o patrimônio de entidades privadas que gozam de benefício fiscal concedido por ente público ou governamental.
- 43 A Lei de Improbidade Administrativa é aplicável àqueles que, mesmo não sendo agentes públicos, concorram culposamente para a prática de ato de improbidade.

Acerca da Agenda 2030 da ONU e do programa Transformação, instituído pela Resolução n.º 497/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), julgue o item seguinte.

- 44 Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável previstos na Agenda 2030 da ONU, bem como as respectivas metas associadas, expressam o propósito de redução das diversas formas de degradação ambiental, por meio da gestão sustentável dos recursos naturais e da tomada de medidas urgentes sobre as mudanças climáticas, em benefício das gerações presentes e futuras.

A respeito da Política de Sustentabilidade do STJ, conforme a Instrução Normativa n.º 4/2024 do STJ/GDG, e da Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, consoante a Resolução n.º 400/2021 do CNJ, julgue os itens a seguir.

- 45 Promover ações para estimular o consumo consciente e propor ações para revisão e restrição do uso de itens materiais plásticos à base de polímeros originados de petróleo são exemplos de diretrizes do consumo sustentável no âmbito do STJ.
- 46 O conceito de sustentabilidade adotado na Política de Sustentabilidade do STJ circunscreve-se aos pilares social, ambiental e econômico.

Julgue os itens a seguir, em relação aos aplicativos MS Teams, OneDrive e MS SharePoint.

- 47 O MS SharePoint permite fazer alterações em um documento que está sendo editado de forma colaborativa, mantendo-se as versões anteriores do mesmo documento, as quais podem ser encontradas por meio de opção disponibilizada na guia Arquivos.
- 48 Quando gravadas, as reuniões realizadas pelo MS Teams são disponibilizadas via *chat* da reunião e ficam armazenadas no OneDrive do organizador da reunião.

A respeito da ciência de dados, julgue os próximos itens.

- 49 No PowerBI, ao utilizar o modo de exibição de Edição, qualquer usuário pode fazer modificações em um relatório compartilhado.
- 50 A opção Analisar no Excel do PowerBI permite que se analise um modelo semântico usando tabelas e gráficos dinâmicos.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

No que concerne à comunicação pública, julgue os próximos itens.

- 51** A Constituição Federal de 1988 juntamente com a Lei de Acesso à Informação e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais regulamentam de forma abrangente e sem lacunas legais significativas a comunicação pública no Brasil.
- 52** A comunicação pública é exclusiva das instituições governamentais, não sendo praticada no âmbito de organizações do terceiro setor ou organizações privadas.
- 53** Instrumentos de comunicação pública podem incluir canais como *websites* institucionais, redes sociais, boletins informativos e audiências públicas.
- 54** Os processos de comunicação pública incluem a interação com a sociedade, sendo a promoção da transparência e da participação cidadã um de seus principais objetivos.

Acerca de aspectos relativos à comunicação nas organizações, julgue os itens subsequentes.

- 55** Na elaboração de *releases* para a imprensa, é considerado ético e profissional que a organização priorize seus interesses promocionais, mesmo que isso implique a não divulgação de informações potencialmente negativas.
- 56** A principal finalidade da comunicação nas organizações é promover os produtos ou serviços oferecidos pela empresa ou instituição.
- 57** A assessoria de comunicação em uma organização tem múltiplas atribuições, incluindo gestão da imagem institucional, relacionamento com a imprensa, produção de conteúdo, comunicação interna e gerenciamento de crises.
- 58** A elaboração de um *media kit* completo, que inclua informações institucionais, dados financeiros e perfis dos principais executivos, é uma prática recomendada para facilitar o trabalho da imprensa e promover uma imagem transparente da organização.
- 59** O atendimento à imprensa pela assessoria de comunicação deve ser reativo, respondendo apenas às demandas dos jornalistas, para evitar a exposição excessiva da organização na mídia.
- 60** Em uma situação de crise, a utilização de um único porta-voz oficial pela assessoria de comunicação pode limitar a disseminação de informações precisas, sendo mais eficaz permitir que mais de um representante da organização fale à imprensa, a fim de alcançar um público mais amplo.

No que concerne ao jornalismo institucional e à comunicação interna, julgue os itens a seguir.

- 61** O endomarketing, por focar na satisfação dos colaboradores, pode ser compreendido como sinônimo de comunicação interna.
- 62** O jornalismo institucional deve seguir os mesmos princípios éticos do jornalismo tradicional, como a objetividade, a imparcialidade e a veracidade, ainda que seu conteúdo seja voltado para promover a imagem da organização.

Julgue os itens seguintes, relacionados às teorias e aos critérios de noticiabilidade.

- 63** O conceito de *newsmaking* enfoca as rotinas de produção jornalística, destacando como as decisões editoriais e os processos organizacionais moldam a construção das notícias.
- 64** Segundo a teoria do *agenda setting*, a mídia não apenas influencia o que as pessoas pensam, mas também como elas pensam sobre determinados assuntos, afetando a opinião pública diretamente.
- 65** De acordo com a teoria da espiral do silêncio, indivíduos tendem a silenciar suas opiniões quando percebem que elas estão em desacordo com a opinião majoritária, por medo do isolamento social.
- 66** O conceito de *gatekeeping* tornou-se obsoleto com o advento das redes sociais e das plataformas digitais, uma vez que os jornalistas perderam o controle exclusivo sobre a seleção e a disseminação das informações.

Julgue os itens subsequentes, relativos à produção jornalística.

- 67** No jornalismo impresso, a técnica da pirâmide invertida organiza as informações de maneira que os detalhes mais importantes sejam alocados no final do texto jornalístico, compondo sua conclusão.
- 68** No fotojornalismo contemporâneo, a fusão entre a narrativa visual e as novas tecnologias digitais permite que o fotógrafo não apenas documente os eventos, mas também participe da construção da narrativa, mediante a interação com o público nas redes sociais.
- 69** No telejornalismo, as informações mais importantes devem ser apresentadas ao término da notícia, a fim de prender a atenção do telespectador até o final.
- 70** Durante o processo de revisão no âmbito da produção jornalística, deve-se eliminar trechos considerados redundantes ou irrelevantes, a exemplo das declarações de fontes externas, desde que a coesão do texto seja mantida e a narrativa final não comprometa o fluxo informativo nem a diversidade de perspectivas.
- 71** A linguagem utilizada no jornalismo impresso, que geralmente incorpora uma estrutura formal e detalhada, é adequada para explorar nuances e complexidades das informações; já no rádio, a comunicação deve ser prioritariamente direta e descomplicada, a fim de garantir a compreensão imediata pelo ouvinte, que não tem a possibilidade de realizar uma leitura repetida do conteúdo.

Ainda no que se refere à produção jornalística, julgue os itens a seguir.

- 72** A elaboração de frases longas e complexas é considerada uma boa prática na redação jornalística, pois permite uma exploração detalhada das ideias, oferecendo ao leitor uma compreensão mais profunda do assunto tratado.
- 73** O radiojornalismo digital rompe com o modelo linear de consumo da informação, fornecendo ao ouvinte menor controle sobre o conteúdo.
- 74** Na técnica do lide, essencial no jornalismo, deve-se resumir, em apenas uma frase, os aspectos mais informativos e instigantes da matéria, a fim de despertar o interesse do leitor.
- 75** O emprego da voz ativa é amplamente recomendado na redação jornalística, pois favorece a clareza e a dinâmica do texto, podendo o uso excessivo da voz passiva resultar em textos ambíguos e menos impactantes, dificultando-se a compreensão do leitor.
- 76** Na realização de uma reportagem fotográfica, a tomada inadequada de decisões estratégicas relacionadas ao *timing* do disparo, à escolha do ângulo e ao enquadramento pode comprometer a integridade da narrativa visual e induzir o público a interpretações errôneas do evento.

Julgue os itens subsequentes, referentes à comunicação digital e ao impacto das novas tecnologias na produção e no consumo de conteúdo jornalístico.

- 77** Os jornalistas não devem lançar mão da inteligência artificial para personalizar conteúdos para diferentes públicos, uma vez que isso pode gerar questões éticas sobre manipulação da informação.
- 78** A viralização de conteúdos nas redes sociais tem impacto limitado sobre o consumo de notícias, visto que os algoritmos tendem a restringir o alcance de notícias jornalísticas em prol de conteúdos de entretenimento.
- 79** A comunicação digital permite uma interação bidirecional, de modo que o público, além de receptor, atua também como produtor de conteúdo nas mídias sociais.
- 80** Os algoritmos cumprem a finalidade de otimizar a experiência dos usuários ao sugerir-lhes conteúdos que possam ser de seu interesse, garantindo, assim, uma distribuição equitativa da informação.
- 81** A adaptação do jornalismo para formatos como o *podcast* representa uma renovação da narrativa jornalística, sendo revalorizado o *storytelling*, o que contrasta com a rapidez da notícia em tempo real nas redes sociais.

Julgue os itens subsequentes, acerca de aspectos relacionados às novas tecnologias da comunicação.

- 82** A análise de sentimentos com algoritmos de inteligência artificial pode ajudar jornalistas a monitorar reações do público a notícias, mas, por outro lado, seu uso indevido pode levar à manipulação das percepções do público e à propagação de *fake news*.
- 83** A inteligência artificial tem potencial para realizar, de forma autônoma, a checagem de fatos, dispensando a intervenção de jornalistas para garantir a precisão da notícia.
- 84** A Internet democratizou o acesso à informação e, nesse contexto, qualquer pessoa pode produzir e divulgar conteúdo, o que implicou a perda de exclusividade dos meios tradicionais no papel de intermediários da notícia.
- 85** O uso de inteligência artificial na moderação de conteúdo pode ajudar a reduzir a propagação de *fake news* em algumas plataformas digitais.
- 86** Um dos impactos da Internet sobre a comunicação jornalística foi a redução da capacidade de influência dos veículos de mídia tradicionais sobre a agenda pública.

Com base na Resolução CNJ n.º 85/2009, que dispõe sobre a comunicação social no âmbito do Poder Judiciário, julgue os itens que se seguem.

- 87** Um dos propósitos das ações de comunicação social no Poder Judiciário deve ser a otimização da visão crítica dos cidadãos a respeito da importância da justiça.
- 88** Integra os objetivos da comunicação social do Poder Judiciário a divulgação dos direitos do cidadão e dos serviços colocados à sua disposição pelo Poder Judiciário em todas as suas instâncias.
- 89** Compete ao Comitê de Comunicação Social do Judiciário orientar sobre as diretrizes básicas para a comunicação digital nos *sites* e portais dos órgãos do Poder Judiciário.
- 90** No âmbito do Poder Judiciário, a comunicação social deve buscar estimular a participação da sociedade no debate e na formulação de políticas públicas que envolvam os seus direitos.
- 91** No desenvolvimento e na execução das ações de comunicação social no âmbito do Poder Judiciário, é vedado o uso dos meios de comunicação social para a promoção pessoal de magistrados ou servidores, em ações desvinculadas das atividades inerentes ao exercício das funções do Poder Judiciário.

Com base na Resolução CNJ n.º 407/2021, que instituiu o Plano Complementar de Comunicação Interna dos Tribunais, julgue os itens a seguir.

- 92** Os tribunais deverão obedecer ao prazo de 60 dias para a implementação do canal de comunicação instituído pelo Plano Complementar de Comunicação Interna dos Tribunais.
- 93** O canal de comunicação instituído pelas autoridades judiciárias serve para assegurar a divulgação externa de publicações oficiais, atos normativos, campanhas, eventos, jurisprudência e quaisquer outras comunicações de caráter institucional, assim definidos pela política interna de comunicação.
- 94** Os tribunais, à exceção do Supremo Tribunal Federal, deverão possuir canal digital de distribuição de comunicação instantânea ou assíncrona com todos os magistrados e servidores vinculados ao órgão.
- 95** O tribunal deverá assegurar que todos os magistrados e servidores ativos e inativos tenham acesso à ferramenta instituída dentro do Plano Complementar de Comunicação Interna dos Tribunais, mas o acesso dos colaboradores terceirizados será facultativo.

No que se refere à Instrução Normativa Presidência CNJ n.º 96/2023, que instituiu a Política de Comunicação Social do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), julgue os próximos itens.

- 96** O esclarecimento sobre informação veiculada nos meios de comunicação institucionais será prestado exclusivamente pelos gabinetes dos conselheiros do CNJ.
- 97** Entre as diretrizes a serem obedecidas pelas ações de comunicação do CNJ está a adequação das mensagens, das linguagens e dos canais ao vocabulário do universo jurídico.
- 98** Compete à Secretaria de Comunicação Social (SCS) do CNJ a aprovação do planejamento de campanha, dos roteiros para rádio e televisão e das peças gráficas e virtuais.
- 99** A divulgação de informações deve considerar critérios publicitários, como o interesse público, a relevância, a universalidade e a utilidade do conteúdo a ser divulgado aos usuários do sistema judiciário.
- 100** São considerados canais de comunicação social gerenciados pela Secretaria de Comunicação Social (SCS) os murais, os totens e os painéis *indoor* e *outdoor*.

Julgue os itens a seguir, à luz do disposto no Código Civil em relação às pessoas naturais, às pessoas jurídicas e ao domicílio.

- 101** O Código Civil veda a pluralidade domiciliar, por isso uma pessoa que exerce profissão em localidades diversas deve optar por uma delas para constituir seu domicílio.
- 102** A legislação pode excetuar o caráter irrenunciável e intransmissível dos direitos da personalidade.
- 103** É proibido utilizar em propaganda comercial o nome de outrem sem autorização.
- 104** O casamento e a colação de grau em curso de nível superior são causas de cessação da incapacidade civil para os menores de idade.
- 105** Mesmo que não haja intenção difamatória, o nome de uma pessoa não pode ser utilizado por outrem em publicações que a exponham ao desprezo público.

Considerando a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), julgue os itens seguintes.

- 106** Denomina-se coisa julgada o ato consumado de acordo com a lei vigente ao tempo em que se efetuou.
- 107** A LINDB adota, em regra, a possibilidade de repristinação, isto é, permite que uma lei revogada seja restaurada em razão de sua lei revogadora ter perdido a vigência.
- 108** Lei posterior somente revogará uma lei anterior quando expressamente assim o declarar.

Em relação às espécies de bens e aos fatos e atos jurídicos, julgue os próximos itens de acordo com o Código Civil.

- 109** Um dos elementos de validade do negócio jurídico é a possibilidade jurídica do objeto, motivo pelo qual a sua impossibilidade inicial, ainda que relativa, invalida o negócio jurídico.
- 110** A pluralidade de bens singulares com destinação unitária pertencentes a uma mesma pessoa constitui uma universalidade de direito.

Com relação aos processos e aos recursos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ), julgue os seguintes itens.

- 111** No julgamento de recurso especial repetitivo, o relator poderá fixar data para, em audiência pública, ouvir depoimentos de pessoas com experiência e conhecimento sobre o assunto submetido a julgamento, com a finalidade de instruir o procedimento.
- 112** No âmbito do STJ, durante o julgamento de recurso especial ou de agravo em recurso especial, é permitida às partes a produção de prova.
- 113** Os presidentes ou vice-presidentes dos tribunais regionais federais e tribunais de justiça dos estados, do Distrito Federal e dos territórios exercem o juízo de admissibilidade dos recursos ordinários dirigidos ao STJ.
- 114** As súmulas da jurisprudência do STJ equiparam-se à lei federal, razão pela qual é cabível o ajuizamento de recurso especial com base na violação de enunciado de súmula.

A respeito da jurisdição, julgue os itens a seguir.

- 115** De acordo com a doutrina, a jurisdição pode ser definida como a função atribuída a um terceiro imparcial de aplicar o direito, de forma cogente, no âmbito de um conflito de interesses concretamente deduzido, por meio de uma decisão insuscetível de controle externo e apta a tornar-se indiscutível.
- 116** Uma das competências institucionais do STJ é a uniformização, mediante o julgamento de recurso especial, da interpretação de leis estaduais e federais.

Acerca dos recursos para tribunais superiores, julgue os itens subsequentes, considerando, no que couber, a jurisprudência do STJ.

- 117** No STJ, caso o relator entenda que o recurso especial (REsp) versa sobre questão constitucional, deverá conceder prazo ao recorrente para que demonstre a existência de repercussão geral e se manifeste sobre a questão constitucional.
- 118** Em caso de interposição conjunta de recurso extraordinário (RE) e recurso especial (REsp), os autos serão remetidos primeiramente ao STJ para julgamento do REsp e, caso o seu relator considere prejudicial o RE, em decisão irrecurável, sobrestará o julgamento do REsp e remeterá os autos ao STF.

A respeito dos embargos de divergência no âmbito do STJ, julgue os itens a seguir.

- 119** A divergência que autoriza a interposição de embargos de divergência pode ser verificada na aplicação do direito processual.
- 120** Denomina-se embargos de divergência o recurso que tem por objetivo a uniformização da jurisprudência do STJ, sendo cabível nos casos de acórdãos proferidos por tribunal regional federal, ou tribunal de justiça, do Distrito Federal ou dos territórios, que apresente divergência, no mérito, em relação ao entendimento adotado pelo STJ.

Espaço livre